

Algumas notas sobre Alpiarça

No princípio

O nome de Alpiarça deriva, segundo algumas versões que me parecem pertinentes, de um aglomerado populacional que se instalou no Alto do Castelo, sendo que a palavra Alpiarça seria composta de Alpi+arça, em que Alpi, do latim Alpes (ium), significa o ponto mais alto (donde derivará o termo Alpes-cadeia montanhosa que fica na Europa Central) e arça, que deriva do latim arx (arcis), que significava cidadela, lugar de defesa e refúgio situado na parte mais alta da cidade, lugar elevado e, portanto, Alpiarça era a aldeia que ficava no alto, o que faz algum sentido face às descobertas arqueológicas detectadas nalguns mórros situados na zona dos Patudos. Por esta ordem de ideias, o Alto do Castelo, que é um dos locais onde têm sido encontrados muitos vestígios antigos, terá sido o berço onde nasceu Alpiarça. Esta tese tem alguma lógica como vemos e é defendida pelo historiador Prof. Eurico Henriques, de Almeirim, um entusiasta nestas matérias de história da nossa região. Outras teorias existem, nomeadamente a que refere ser o nome de Alpiarça de origem árabe, assumindo aqui particular relevância o prefixo al que o identifica com aquela origem, tal como Almeirim. Em alguns documentos aparece por vezes a designação de Alpeaça que todavia nunca ganhou muita consistência nem continuidade como referência ao lugar de Alpiarça, pois nas memória paroquiais de 1758 se diz claramente que o lugar “sempre conservou o nome de Alpiarça, nem há memória que tivesse outro”.

Alpiarça está em plena lezíria do Tejo e por isso mesmo rodeada de terras férteis e generosas que a ninguém deixam morrer de fome e de miséria.

Desde tempos remotos aqui se instalaram núcleos populacionais com alguma importância, cujos vestígios vão aparecendo pelos campos que circundam a vila. Exemplos disso são os achados que os arqueólogos, como Philine Kalb, Martin Hock e outros, foram encontrando nas diversas estações paleolíticas, nomeadamente na de Vale Forno, que fica situada no perímetro do actual Parque de Campismo; no Vale da Atela; no Cabeço da Bruxa, situado na Quinta da Gouxá; no Alto do Castelo, também denominado de Castelo de Alpiarça, onde existiu uma antiga povoação anterior à época da romanização; no cabeço da Bruxinha, pequena saliência situada no ponto onde se encontram a Ribeira dos Patudos e a Vala de Alpiarça; no Tanchoal, situada nos terrenos que ficam em frente à Quinta dos Patudos, na encosta de olival e finalmente no Meigão, que fica na vertente do Alto do Castelo que está virada para a Ribeira da Atela. Importa também referir que existem estudos reveladores da existência de uma cidade importante nesta zona, anterior à entrada dos Romanos na Lusitânia. Era a cidade de Moron, que surge nas descrições do geógrafo grego Estrabão, e cuja localização não mereceu consenso unânime dos historiadores. Esta cidade teria sido a base das operações do tribuno romano Décimo Júnio Bruto para a conquista da Lusitânia.

Várias hipóteses foram colocadas sobre o local onde teria existido este importante aglomerado populacional. O historiador David Lopes advoga a possibilidade de ser a zona de Almeirim como o local definido por Estrabão. Outros localizam-na em Abrantes, ou até em Constância, sendo que a confluência dos rios Tejo e Zêzere parece ser para muitos investigadores, o local que mais se ajusta a essa localização. O Dr. Mendes Correia, nos seus escritos, inclina-se para que a antiga cidade de Moran se situe onde existe hoje a cidade de

Santarém, achando que é a que melhor se identifica com as descrições do geógrafo grego . Interpretações mais recentes, nomeadamente do historiador e arqueólogo Jorge Alarcão, põem a hipótese, entre outras, da cidade de Moron se localizar no Castelo de Alpiarça (Alto do Castelo), conforme podemos constatar na sua obra Portugal Romano , onde refere que “Décimo Caio Bruto sucedeu em 138 a.C. a Quinto Cepião como procônsul da Hispânia Ulterior. O Alentejo estava então dominado e Bruto estabeleceu as suas bases na margem direita do Tejo. Diz Estrabão que fortificou Olisipo e acrescenta que estabeleceu um acampamento em Moron, cidade situada junto ao rio Tejo. Schulten situou Moron em Chão Marcos, na confluência do Zêzere e do Tejo, perto da ilha de Almourol, por supor este último nome derivado de Moron. Subsiste, porém, o problema de identificar Moron, pois talvez o acampamento ficasse perto, mas não exactamente em Moron. Em face dos Chões de Alpompé, mas na outra margem do Tejo, fica um vasto oppidum, ou acampamento, de cerca de 30 ha., sobranceiro a Alpiarça, que também pode corresponder a Moron” embora a hipótese mais consistente aponte precisamente para os Chões de Alpompé, que fica junto à povoação de Vale de Figueira, numa pequena elevação que ali existe e onde se domina uma grande área da lezíria ribatejana. De qualquer modo, a importância do Alto Castelo parece ser inegável, pelo menos como posto avançado das tropas Lusitanas, pois o mesmo Jorge Alarcão refere na página 349 da sua obra “Portugal das origens à Romanização” que “a partir das suas posições meridionais, que poderiam incluir o acampamento do Alto do Castelo (Alpiarça) e Aritium Praetorium (no concelho de Abrantes), as tropas de Sertório (Lusitanos) atacaram o sul”.

Mais certo é, no entanto, que por Alpiarça passava a importante via romana denominada Antonino Pio, que de Lisboa seguia até Mérida, situação que é confirmada pela descoberta, junto à vila, de diversos marcos milenários dedicados ao imperador romano Trajano.

Podemos também comprovar por escritos da época, que já no tempo do nosso primeiro rei D. Afonso Henriques, os campos do então Reguengo de Alpiarça eram muito procurados, possivelmente pelo seu grande potencial para a agricultura, havendo notícia que um dos primeiros Alcaides de Santarém, D. Gaião e sua esposa D^a. Ermezenda, possuíam em 1162 uma herdade situada perto de Alpiarça, entre esta povoação e Almeirim, que haviam comprado a Menendes Rutura, pelo preço de 500 morabitanos de ouro, conforme refere a historiadora Maria Ângela da Rocha Beirante, na sua obra “Santarém Medieval”.

Existem muitas referências longínquas no tempo que mencionam a povoação de Alpiarça. Não sendo esse o âmbito deste livro, não deixarei de mencionar algumas delas, embora de um modo resumido, para que possam ser aproveitados por algum estudioso que as queira seguir.

Encontramos referências a Alpiarça no século XIII, nas Inquirições de D. Dinis (1261-1325), no livro 10, folha 6. No século XIV voltamos a encontrar o nome da povoação, confirmando-se o facto de ser possuidora de terras aráveis e ser habitada, uma vez que aqui se encontram porcos, galinhas e patos, o que pressupõe a existência de população residente. Esta hipótese ganha mais credibilidade ao tomarmos conhecimento de um documento de 1383 referente às terras do Reguengo de Alpiarça, que teve origem numa queixa apresentada ao rei D. Afonso IV (1291-1357) por Pedro Eanes Lobato , o que levou o rei a passar-lhe a seguinte carta:

“A quantos esta carta virem faço saber que Pedro Eanes, escrivão da minha dizima na Ribeira de Santarém me disse que tinha uma herdade no Reguengo d`Alpearça a par do moinho de vento no termo dessa vila e que a lavra com seus bois e bestas e que grande parte

delas há muito que morrem de fome. E isso é porque as manadas de vacas e de ovelhas e de porcos e doutros gados, muitos doutros lugares, chegam a esse lugar e comem os pães e as ervas do dito Reguengo. Outrossim me disse que os cavaleiros moradores na dita vila de Santarém e outros que aí chegam de fora, mandam tomar no dito Reguengo de Alpiarça, as palhas e as galinhas e os patos e as outras cousas que acham. E que por tudo isto deixa de lavrar a dita herdade e que eu perco muito do meu direito...”

Avançando com as nossas pesquisas deparamos com mais notícias em meados do século XV. Datam do tempo de D. Afonso V, que reinou entre 1438 e 1481 e encontramos-las nas “Crónicas de D. João II, da autoria do cronista Garcia de Resende, quando refere que: “Estando D. Afonso V nos Paços de Almeirim e andando a passear no campo, o príncipe se apartou com o cardeal a cavalo e foram passeando a caminho de Santarém, e à ponte D`alpiarça o príncipe mandou ficar todos, e só com o cardeal, e os moços destrybeira adiante afastados, passou a ponte D`alpiarça”.

Aparecem depois documentos na Chancelaria do mesmo rei D. Afonso V, nomeadamente a doação das azenhas de Alpiarça a Lopo de Condeixa (livro 36, pág. 208).

Na Chancelaria de D. João III (1502-1527) encontramos uma carta de confirmação referente à transação de uma herdade situada em Alpiaça, em nome de Martinho Afonso de Sousa (livro 66, pág. 241).

De igual modo tomamos conhecimento do numeramento de 1527-1532 (Recenseamento) mandado efectuar pelo mesmo D. João III, que refere na sua página 76 v^o, relativamente às confrontações da vila de Almeirim que “tem para Santarém até à ponte grande d`Alpiarça um quarto de légua”.

Neste mesmo numeramento, na parte respeitante à população, se refere que a aldeia da ponte d`Alpiarça já dispunha de 144 moradores, o que a tornava num dos principais núcleos populacionais do termo de Santarém, de tal maneira importante que passou a dispor de paróquia. Este registo permite-nos concluir, com fortes probabilidades de acertar, que a paróquia foi criada entre 1527 e 1531. Deverá haver documentação sobre a data precisa da formação da paróquia, mas não a conseguimos ainda descobrir.

Na Chancelaria de D. Pedro II (1648-1706), na parte respeitante a ofícios e terras, poderemos encontrar um “alvará de uma casas a D. Sancho de Faro, situadas em Alpiassa (livro 61, pág. 2218)

Na Chancelaria de D. João V (1689-1750) tomamos conhecimento de um documento que é “prova de dispensa na idade a António da Costa para servir o ofício de Escrivão no dito lugar (de Alpiarça)”, cujo registo foi efectuado no dia 21 de Fevereiro de 1724 (livro 66, pág. 196).

Por sua vez, no reinado de D. João VI (1676-1826), poderemos encontrar documentação variada, nomeadamente um alvará passado à Condessa do Vimieiro, D. Joana, no dia 15 de Fevereiro de 1817, “para continuar a disfrutar esta Herdade, apesar das segundas núpcias”, herdade que ficava em Alpiaça (livro 21, folha 72). Também poderemos aceder a uma carta de 22 de Março de 1814, dirigida a João de Sousa Falcão, abastado agricultor de Alpiarça, sobre a “venda de uma terra no dito campo e quatro diferentes foros na comarca de Santarém”, (Livro 16, pág. 212). Outro documento, desta Chancelaria de D. João V, refere-se à confirmação da doação que Manuel Luís Rabiça fez de umas casas no dito lugar a Constatino Duarte, em 5 de Fevereiro de 1817 (livro 24, folha 64).

No Livro das Mercês de D. Maria II (1819-1853) poderemos ler uma carta do Pároco da Igreja de Santo Eustáquio dirigida ao Padre José Evaristo Maldonado. Este documento é

datado de 5 de Junho de 1845 (livro 27, folha 42). Neste mesmo livro aparece uma outra carta, esta de Apolinário da Costa Jacob, da Tesouraria da dita Igreja de Santo Eustáquio).

Documento datado de 31 de Janeiro de 1853 (livro 41, pág. 157).

A quem tiver curiosidade para fazer estas pesquisas, poderemos também indicar o livro do Desembargo do Paço, para a área da Estremadura e Ilhas, onde aparecem outros dados referentes a Alpiarça, como por exemplo “os lavradores dos campos de Alpiarça em 1778, livro 1352, folha 6”; “Moradores e vigário do lugar-1804, livro 1464, folha 1 e “Replantação de vinhas aos moradores do lugar-1779, livro 2110, folha 59”.

Outros documentos importantes poderíamos referir, porque existem mais, mas penso que estes provam que o lugar existe com vida há muito tempo. Acredito que nestes registos se encontrarão matérias interessantes que poderão ajudar a reconstituir a história profunda de Alpiarça, não só em termos do seu povoamento, mas também da sua vivência humana. Será talvez um estudo interessante a fazer por quem tiver bases científicas para a fazer, o que não é o meu caso.

Memórias paroquiais

Não querendo, nem podendo, fazer estudos aprofundados sobre documentos antigos, não queria, no entanto, de deixar de fazer menção mais detalhada a um manuscrito conhecido por Memórias Paroquiais de 1758 onde aparece vasta citação sobre Alpiarça. Naquele documento revela-se a existência de um núcleo urbano já bem consolidado, onde viviam cerca de mil pessoas e onde sobressaía a igreja devotada a Santo Eustáquio, rodeada de casas, e dizendo-se claramente que esta terra nunca conheceu outro nome que não fosse o de Alpiarça. Dessas memórias, que se encontram arquivadas na Torre do Tombo em Lisboa, aqui deixamos alguns extractos, chamando a particular atenção dos leitores para as referências à Gouxa, Gouxaria e também à Lagoalva.

“Esta terra está situada no termo da vila de Santarém, é freguesia anexa à Igreja de Sta Iria e de Santa Cruz, da Vila de Santarém.

É Del-Rei este lugar.

Tem 311 fogos com os quais tem novecentos e trinta pessoas maiores.

Está situada em campina e de lá se descobre a vila de Santarém a cuja tem a distância de uma légua e pode-se comunicar com a vila de Santarém, passando o Tejo. Também de lá se avistam as torres da vila de Almeirim, no termo da vila de Santarém.

Tem três quintas fora do lugar: Uma chama-se a Goucharia, é do Marquês de Fronteira, a qual tem 29 vizinhos; tem outra quinta chamada a Goucha, esta é dos religiosos da “Graça”, da vila de Santarém, tem 10 moradores; tem outra chamada da Lagoalva, esta é da Exma Senhora Condessa do Rio Grande e tem seis moradores. A paróquia está situada fora do coração do lugar, porém rodeada de casas.

O seu orago é Santo Eustáquio, tem cinco altares: o altar-mor está colocado nele o Santíssimo Sacramento, os dois colaterais, um é de Nossa Senhora do Rosário, o outro é de Sam Sebastiam.

O pároco é cura apresentado da Real Collegiada da Vila de Santarém...

Tem três ermidas: Uma na quinta da Lagoalva, da Exma Condessa de Rio Grande, orago de Nossa Senhora dos Prazeres, algumas romagens tem de gente da terra. Tem outra ermida na

quinta das Religiosas da Graça, orago Nossa Senhora da Graça; tem outra em uma quinta que foi de Dom Brás da Silveira, o seu orago é Sam Caetano, está destruída, já se não diz missa nela. Tem dois oratórios particulares com casas altas, um na quinta do Exmo Marquês de Fronteira, o seu orago é Sam Sebastiam; outro numas casas de José Valadares, um cavalheiro do hábito de Cristo, o seu orago é a Senhora Santa Ana. As outras ermidas não são de romagens.

Não é couto nem cabeça de concelho.

Não há memória que nesta terra houvesse homens com falsas virtudes, nem armas.

Não tem feira.

Não tem correio.

Não tem privilégios.

Tem uma fonte junto ao lugar, mas não é de especialidade nenhuma.

Não padeceu grande ruína no terramoto (1755), só abriram em algumas casas algumas rachas, porém não caíram.

Tem esta freguesia uma légua de comprido e quasi outra de largo.

Sempre conservou o nome de Alpiarça, nem há memória que tivesse outro...” Vamos assim encontrando ao longo dos anos algumas pistas que nos confirmam a existência de Alpiarça, primeiro como lugar de passagem, a que não será alheio o facto de aqui haver uma ponte, como também se situar na sua área um dos principais portos de barcas de passagem do Tejo, como era o caso do “porto do Patacam”; posteriormente, a partir de meados do século XVI, com a criação da paróquia, nota-se a consolidação de um aglomerado populacional já com alguma dimensão para os parâmetros da época e que não parou de crescer até meados do século XX.

Alpiarça e Gil Vicente

Mas se as referências documentais têm particular importância para nos ajudarem a compreender o que era Alpiarça há centenas de anos atrás, são no mínimo curiosas, outras referências com que nos deparamos nas obras de escritores e poetas famosos no mundo das letras portuguesas.

A primeira citação que vos apresento, aparece na tragicomédia Nau D`Amores, de Gil Vicente, que se “representou ao muito poderoso Rei D. João, o terceiro, à entrada da esclarecida e mui catholica Rainha D. Catherina nossa Senhora em a cidade de Lisboa, era de 1527”, pela qual ficámos a saber que a povoação de Alpiarça pertencia ao mestrado de Avis.

(Fala do Frade)

Não, mas vae-te tu ao Crato,

Porque Mafona e Mafamede

Afaque e Alfafaque

São do Bispo d`Alencastro,

Almofariz e almofada,

Almoface e almofreixe,

Alfarroubeira e Alcouchete

E Alqueidão
Sandas terras do Soldão
E Alfaiates e Alfanete
Alfareme e Alcaprema
Alpiarça e Alfazema
E Alpedriz
São do mestrado d`Avis.
Ora vai por esses caminhos,
Irás ter ao chafariz
Ou á fonte,
E dá ó demo os raposinhos,
Como todo o mundo diz
Lava bem esses focinhos,
E não cheirarás a monte.
Ora vae.”

Alpiarça na poesia da Marquesa de Alorna

É também grato verificar que Alpiarça e a ribeira do Alpiaçoulo aparecem referenciadas na obra da notável poetisa D. Leonor de Almeida Lorena e Lencastre, Condessa de Oeyenhausen, 4ª Marquesa de Alorna. Ficou também conhecida pelo nome de Alcipe, titulo com que foi celebrada pelos poetas da Arcádia, do qual faziam parte entre outros, Manuel Maria Barbosa du Bocage, José Agostinho de Macedo e Pato Moniz.

Dizia então a Marquesa de Alorna numa Ode sobre a projectada junção da Vala de Alpiarça com o Alpiaçoulo em Almeirim (imitada da Ode 6ª do livro 1º de Horácio), escrita entre os finais do século XVIII, princípios do XIX.

...
A mim pouco me importa a austera Esparta
Nem os bosques frondosos
Nem as planícies férteis de Larissa
Me tocam tanto n`alma
Com o ameno Almeirim, o Alpiaçoulo;
N`ele a Ninfa amorosa
Murmura na caverna, e chama a vala
Que d`Alpiarça desce:
Seus cristais fecundantes, confundidos,
Refrigerando os prados,
A saúde, a abundância os nossos lares
Virão trazer alegres.

Passos Manuel e Garrett em Alpiarça

No século XIX Alpiarça está intimamente ligada a Passos Manuel, um dos grandes vultos do liberalismo português do século XIX e também a um dos maiores escritores de língua portuguesa, o Conselheiro João Batista Leitão de Almeida Garrett, quando este é convidado daquele para uma visita às suas propriedade no Ribatejo, circunstância apontada como

estando na origem das “Viagens na minha terra”, um dos livros da mais bela prosa da literatura portuguesa.

O convite para a visita a Alpiarça é endereçado a Garrett por Passos Manuel, então a viver na Casa da Alcáçova, em Santarém, numa carta que lhe envia no dia 6 de Junho de 1843, onde lhe promete muitas e agradáveis surpresas através das “pedras de Santarém”, tendo como cicerone o Padre Vasconcelos, e um passeio pelos campos de Alpiarça. Finalmente aliciava o escritor com a promessa de um jantar na Adega do Toco servida pelo feitor Garcia, um homem que estava ao serviço de Passos Manuel e que em tempos não muito recuados fora cavaleiro de D.Miguel.

A proposta era aliciante e Almeida Garrett, fez-se mesmo ao caminho, começando a viagem de barco, Tejo acima, para depois retomar o passeio pelos caminhos e terras do Ribatejo. Em boa hora o fez porque lhe terá servido de inspiração, como dissemos, para essas magníficas “Viagens na minha Terra”.

Alpiarça e Almeirim

Alpiarça começou por ser freguesia do concelho de Santarém, do qual foi desanexada em 1835 por estar situada na margem esquerda do Tejo, tal como aconteceu com Muge, Benfica e Raposa, sendo todas incluídas administrativamente no concelho de Almeirim e, em termos judiciais, no julgado da Chamusca. Esta remodelação territorial foi causada pela entrada em vigor do Código Administrativo elaborado pelo governo de Passos Manuel.

A Organização do Distrito Administrativo de Santarém refere que Alpiarça tinha em 1836, 454 fogos, número que subia para 490 , seis anos mais tarde, o que equivaleria a cerca de 2.000 pessoas, enquanto que Almeirim, sede do concelho, tinha registados 383 fogos. Em 1856 a diferença populacional entre as duas povoações era ainda mais significativa, pois enquanto a sede do concelho tinha 2100 pessoas, a freguesia de Alpiarça tinha já 2700 habitantes , entre os quais se contavam 2 bacharéis, 5 carpinteiros, 1 cirurgião, 51 proprietários, 2 boticas, 10 mercearias, 6 padarias e 6 tabernas .

A importância da freguesia media-se também pelo facto de ali residirem o médico facultativo do concelho, o cirurgião, os bacharéis, o conselheiro. Politicamente também essa influência se fazia sentir, pois são dali naturais muitos dos vereadores e Presidentes de Câmara que dirigem os destinos do concelho de Almeirim, bem como muitos dos membros do Conselho Municipal, órgão criado em 1842 pelo Código Administrativo de Costa Cabral, que, apesar de suspenso, veio a reaparecer em 1896, sob a forma de Assembleia dos 40 maiores contribuintes.

É particularmente significativo o facto de vários habitantes de Alpiarça terem ocupado durante 27 anos a Presidência da Câmara de Almeirim, no período que vai de 1836, altura em que se integrou neste concelho, até 1914, ano em que a própria vila foi elevada a concelho. Por exemplo, entre Janeiro de 1839 e Dezembro de 1859, a Câmara foi presidida durante 17 anos ininterruptamente por homens de Alpiarça, pois só durante um ano completo (1840) e mais dois meses em 1842 é que o lugar foi preenchido por habitantes de Almeirim, o que atesta bem da influência política dos homens de Alpiarça, que eram sobretudo grandes lavradores que tinham aderido à causa do liberalismo. A título de curiosidade deixamos os nomes desses presidentes da Câmara de Almeirim oriundos de Alpiarça:

Em 1939 o cargo foi ocupado por Francisco Barnabé Barroso; de Janeiro de 1841 a Maio de 1842, Joaquim Gomes Calado; de Julho de 1842 a Dezembro de 1842, Inácio Gil de Sousa Girão; 1843 e 1844, Celestino Almendo; de 1845 a Maio de 1846, Joaquim Pedro Durão; de Maio a Setembro de 1846, José da Costa Jacob; de Setembro de 1846 a Março de

1847, José Maria Barroso; de Março de 1847 a Dezembro de 1849, Inácio Gil de Sousa Girão; de Janeiro de 1850 a Março de 1852, Joaquim Pedro Durão; de Março de 1852 a Junho de 1854, Jacinto Augusto de Sousa Falcão; de Junho de 1854 a Dezembro de 1859, António da Costa Lima; 1874 e 1875, José António Simões; 1892 a 1895, Jacinto Augusto dos Mártires Falcão.

A área da freguesia não era muito grande, teria mais ou menos a mesma área que o concelho agora tem, mas era terra de boa agricultura, habitada por gente que fazia da terra o seu único modo de vida, nomeadamente por um bom número de seareiros, mas muito especialmente por grandes lavradores, o maior dos quais era João de Sousa Falcão, que se distinguia pela inovação e actualização constante que mantinha nas formas de “amanhar a terra”, sendo um dos primeiros em todo o Ribatejo a introduzir a lavoura mecânica. O seu espírito empreendedor valer-lhe-ia o título de 1º Visconde de Alpiarça, atribuído pelo rei D. Luís em decreto publicado no dia 17 de Setembro de 1877.

Alpiarça vinha-se desenvolvendo cada vez mais, sobretudo em relação a Almeirim, de quem dependia administrativamente. É este crescimento acentuado que poderá explicar o desejo de autonomia que vinha ganhando corpo ano após ano. A comprovar essa influência estão os apontamentos deixados pelo médico Guilherme Tiago de Couto, em 1859, na “Breve notícia de Almeirim”, onde ficamos a conhecer alguns factos interessantes e ter uma noção mais exacta sobre alguns dos usos e costumes na nossa terra em tempos mais recuados, pelo que será interessante apresentar aos leitores o que ali vem escrito sobre Alpiarça e seus arredores: “Existe uma nascente no Casalinho, perto da Atela, dependência de Alpiarça, que tem grande quantidade de sulfureto de ferro em dissolução, donde se tiram bons resultados como medicamento nas dispepsias e outros diferentes padecimentos gástricos. Em Alpiarça a água de que se faz uso é de poços, em que este lugar abunda, porém as pessoas abastadas bebem da água do Casalinho, que, conquanto seja férrea como já disse, é preferencial à dos poços.

A gente do campo de Almeirim quase exclusivamente se alimenta de broa, legumes, toucinho, arroz e batatas, todavia na vila de Almeirim e Alpiarça a povoação em geral sustenta-se de carne, pois nestas localidades há talho de carneiro e vaca quase toda a semana e quase todos matam, no tempo, o seu porquinho, que compram, ou mesmo criam.

Em Alpiarça produzem-se muitas hortaliças, que não só produzem para o seu consumo, mas que abastecem todo o concelho (de Almeirim).

Finalmente, de frutas há escassez, à excepção de algumas laranjas, figos, melancias e melões.

Existem moinhos hidráulicos (de moinho horizontal - rodízios), na ribeira de Vale de Cavalos e na ribeira do Atela e existem moinhos eólicos, no Cambique e no Outeiro.

Em diferentes épocas do ano funcionam fornos de telha junto ao Vale de Tijolos e no Vale do Forno, um dos quais é pertença da Câmara Municipal de Almeirim.

As azenhas trabalham todo o ano e são movidas pelos nascentes do Casalinho e do Atela, moem trigo, milho e centeio, porém a maior quantidade é de milho de Santarém e também descascam arroz.

Os jornais e salários que se pagam são excessivos, não só em razão da morosidade dos operários nas suas obras, mas da pouca perfeição e mau acabamento delas.

Um pedreiro ganha por dia 480 réis; um carpinteiro ganha também 480 réis; um servente e um trabalhador de enxada 240 réis; um criado de servir ganha 16:800 e uma criada 8:000 réis.

Em cada fogo há em geral os seguintes objectos: enxada, cão e burro.

A lavoura aqui faz-se em grande e em pequeno ponto, isto é, há as grandes lavouras, por exemplo a de João de Sousa Falcão, que tem este ano semeados noventa moios de trigo e as pequenas lavouras, ou a dos seareiros que são imensas.

Os trabalhadores de enxada são muito bons e as enxadas que usam são das melhores que tenho visto.

Em Alpiarça a igreja é um barracão. Os habitantes já pediram, e com razão, madeiras e meios pecuniários para a construírem de novo .

Há unicamente duas escolas régias de ensino primário no concelho de Almeirim: Uma na vila e teve o ano passado 38 discípulos matriculados e outra no lugar de Alpiarça e teve 43 matriculados.

Quanto a mestras há muitas, porém nenhuma paga pelo governo, ensinam a ler, escrever e cozer.

No Verão a vila anima-se: há os descantes, os bailes de roda, as eiras, as descamisadas dos milhos e, após elas, o fabrico do vinho.” Como já vimos, muitos foram os presidentes e vereadores da Camara Municipal de Almeirim oriundos de Alpiarça, o que aconteceu sobretudo até 1894, com algumas interrupções pelo meio. Não foi sempre pacífica a convivência na Câmara entre os vereadores alpiarcenses e o restante executivo, e estou a lembrar-me por exemplo do que aconteceu em 14 de Agosto de 1889, quando o “grupo de Almeirim” na Câmara, por intermédio do seu Presidente, Deodato Rodrigues Pisco, apresenta uma proposta para levantar metade dos fundos de viação, que era uma verba de todo o concelho, depositados na Caixa Geral de Depósitos, para pagar obras relativas ao abastecimento de água a Almeirim e para construção duma capela no cemitério da mesma vila. A proposta foi aprovada por maioria, com os votos contra dos vereadores residentes em Alpiarça, nomeadamente de António da Silva Patrício, que era Vice-presidente da Câmara, o qual dita para a acta da sessão o seguinte protesto “António da Silva Patrício, Vice-presidente desta Câmara, protesta contra a deliberação da maioria da Câmara na sessão de hoje com respeito ao levantamento de metade do dinheiro que está na Caixa Geral de Depósitos, pertencente à viação do mesmo concelho, para águas e nova capela do cemitério, isto com grande prejuízo para a freguesia de Alpiarça, que tem direito à parte do dinheiro que se quer levantar e que tem tanto, ou mais, precisão de águas, como Almeirim, porque nesta vila há já uma nascente pública a menos de 1 quilómetro com boa água e em Alpiarça quem quer beber boa água tem de andar a pedir a particulares para lhe deixar tirar dos seus poços. Com respeito à capela no cemitério têm-na à custa dos seus paroquianos, por isso protesto pelo levantamento que se quer fazer do dinheiro da viação, sem se dividir com igualdade para a freguesia de Alpiarça para águas ou outros melhoramentos de que muito precisa”.

O Presidente não concordou com o protesto “por ser menos verdadeiro na parte que diz respeito ao abastecimento de águas para esta vila, por ter um poço a menos de 1 quilómetro. Existe, é verdade, mas com as condições piores possíveis, como se pode provar com pessoas competentes...

Com respeito à capela do cemitério é uma obra de tão reconhecida urgência que logo à primeira vista se reconhece inadiável a sua construção e que por isso, sendo o cemitério municipal, cabe a esta Câmara a obrigação de proceder à construção da respectiva capela”.

Foi para a frente o levantamento da verba em causa, apesar dos protestos veementes

dos homens de Alpiarça, que ainda ficariam mais melindrados com os seus colegas de Almeirim quando estes decidiram não comparecer à inauguração da nova Igreja de Alpiarça que teria lugar poucos dias depois, mais propriamente em 11 de Agosto, e de cuja comissão de inauguração pertencia o próprio António da Silva Patrício, que, como referimos, era vice-presidente da Câmara de Almeirim. Mais à frente daremos pormenores sobre os acontecimentos que rodearam a construção e inauguração do novo templo de Alpiarça.

Estas animosidades iriam servir de pretexto para a criação do concelho de Alpiarça em 1914, com os petiçãoários a argumentarem que “havia antipatia entre as duas freguesias” e que, por esse facto, não poderiam manter um relacionamento amigável, pelo que o melhor seria Alpiarça tornar-se independente do concelho a que pertencia.

Alpiarça a concelho

Sendo, como era, a povoação com mais habitantes do concelho de Almeirim, com um bom grau de desenvolvimento, com alguns dos maiores lavradores do Ribatejo e com uma influência crescente em termos políticos, não é surpresa para ninguém que a aldeia seja promovida a vila em 1906, mercê de um pedido feito pela Junta de Paróquia da Freguesia de Alpiarça e de uma informação circunstanciada do Governador Civil do distrito de Santarém, que estão reflectidas no decreto-lei publicado no Diário do Governo de 20 de Fevereiro de 1906 onde o Governo da Monarquia refere que: “Querendo dar a esta (Alpiarça) ... um testemunho de consideração: Hei por bem fazer à mesma freguesia a mercê de a elevar à categoria de vila de Alpiarça e me apraz que nesta qualidade goze de todas as prerrogativas, liberdades e franquezas, que directamente lhe pertencerem”.

Subido este degrau, outro logo se procura atingir. Com efeito os homens influentes de Alpiarça não param na ambição de valorizarem a sua terra, não causando por isso surpresa o facto de, passados mais oito anos, terem conseguido que a vila atinja a maioridade administrativa, como concelho independente, o que acontece precisamente no dia 2 de Abril de 1914.

A formação do novo concelho não mereceu contestação por parte das autoridades autárquicas de Almeirim, pelo menos não a encontramos oficialmente exposta nas actas da Câmara Municipal, ao contrário do que seria de esperar, pois perdiam a freguesia mais rica, mas para este consentimento tácito não será estranho o prestígio de José Relvas e ao facto de Almeirim estar a ser gerida por elementos afectos ao Partido Republicano desde as eleições de 1908, pelo que não seria “correctamente político”, como hoje se diz, que estes pusessem qualquer tipo de obstáculo a uma pretensão liderada por um dos mais eminentes vultos do Partido Republicano e da revolução de 1910, José Relvas.

Esta promoção a concelho não foi, contudo, isenta de alguma discussão inflamada e polémica nas sessões do Senado e não fora a influência de José Relvas, um homem do 5 de Outubro, que havia sido Ministro das Finanças do primeiro governo da Republica e Embaixador na corte Espanhola, e talvez na altura não fosse possível a criação do concelho, já que a simples proposta para pôr o documento à discussão passou entre os deputados com apenas 26 votos a favor e 22 contra. As razões apresentadas pelos senadores favoráveis às pretensões de Alpiarça não eram facilmente defensáveis, já que se baseavam na antipatia entre as duas localidades, no entanto José Relvas chamado a pronunciar-se quando a situação parecia irremediavelmente perdida em relação à criação do novo concelho, fez jus à

sua fama de tribuno brilhante, arrebatando os seus adversários com um discurso vigoroso, credível e assente fundamentalmente em questões de natureza económica, dizendo que o novo concelho tinha recursos financeiros e população suficientes para ter vida independente, realçando ainda o facto de que a soma total dos encargos de Alpiarça autónoma ficariam abaixo da sua participação nas despesas do concelho a que pertencia até então. Votou-se favoravelmente a criação do concelho de Alpiarça, mas isso não foi suficiente para que as desconfianças políticas se desvanecessem, pois semanas mais tarde, quando da criação de novos concelhos, o senador Ladislau Parreira, que tinha votado favoravelmente a passagem de Alpiarça a concelho, considerava que isso “tinha sido uma verdadeira burla, cujo voto renego neste momento”, pois, segundo o que tinha sido apresentado como justificação, “havia antipatia entre as duas freguesias de Almeirim e Alpiarça, mas o certo é que isso não é razão suficiente para se constituírem concelhos à parte... algumas dessas freguesias querem constituir-se em concelhos para terem preponderância eleitoral.”

Mas a vila de Alpiarça foi elevada à condição de sede de concelho e essa foi uma importante vitória política que teve José Relvas como figura cimeira .

Agora a outras histórias

Depois de termos apresentado alguns apontamentos ligados a Alpiarça, desde as suas origens até à constituição do concelho, vamos agora a outras histórias, a maior parte delas de cunho político bem vincado, passadas nesta terra, entre as invasões francesas e 1974.

Embora com uma classe importante de grandes agricultores, os camponeses foram ao longo dos anos a classe mais numerosa do distrito de Santarém e muito particularmente de Alpiarça, à imagem do que sucedia no resto do país, onde o trabalho na agricultura ocupava no início do século XX mais de 60% da população. Segundo dados oficiais o distrito de Santarém, que contava por volta de 1910 com cerca de 325.000 habitantes, tinha 80% de analfabetos e uma população activa de 39%, isto é, apenas 128.300 habitantes tinham profissão definida, e destes, cerca de 95.000 viviam da agricultura, em cuja classe se encontrava também o maior número de analfabetos.

A terra, sobretudo a vinha, foram desde sempre o ganha-pão para a maioria das famílias em Alpiarça e por isso não é de admirar que fosse frequente a precariedade no emprego em diversas épocas do ano, motivada pelas condições climatéricas e cheias do Tejo, como também eram más, regra geral, as condições de vida, o que era consequência dessa instabilidade e dos salários baixos que se praticavam nos campos. Foram estas condições adversas que motivaram, a maioria das vezes, as pessoas para se juntarem e lutarem por aquilo a que se julgaram com direito. E não foram poucas as vezes em que as vozes do descontentamento se fizeram ouvir, fosse dentro das fronteiras da vila, contra os lavradores, fosse manifestando as suas posições contra o poder central, aspecto em que Alpiarça tem uma tradição muito antiga de luta contra a prepotência e contra qualquer tipo de ditadura.

A maioria da população de Alpiarça esteve sempre ao lado dos que defendiam a liberdade, como bem essencial da dignidade humana.

A primeira grande manifestação pública dessa forma de estar teve lugar no tempo das invasões francesas, em que Alpiarça recebeu muitos populares que haviam fugido de Santarém, quando em Setembro de 1810 o Marechal francês Massena ali acantonou as suas

tropas, como também foi em Alpiarça que se aquartelaram parte das tropas anglo-portuguesas que faziam frente ao exército francês, nomeadamente o Regimento de Cavalaria nº 10, então sob o comando do Visconde de Barbacena, que se juntou na margem sul do Tejo para impedir a progressão das tropas francesas para sul. Será interessante referir que uma das brigadas deste Regimento era comandada pelo jovem Alferes, Bernardo Sá Nogueira, que viria a tornar-se no Marquês de Sá Bandeira e numa personalidade de grande influência política no país.

A guerrilha de Alpiarça Alpiarça com os Liberais

Seguiram-se as lutas entre liberais e absolutistas, cujas figuras de proa eram os irmãos D. Pedro e D. Miguel, durante as quais a população de Alpiarça se colocou abertamente do lado dos liberais, revoltando-se em 1833 contra as ideias absolutistas de D. Miguel, apesar deste rei por aqui ter passado e até ter deixado boa impressão no povo. Pela leitura dos apontamentos do Morgado do Almonda e Coronel das Milícias de Santarém, José Faria Pereira, ficamos a saber que D. Miguel, depois de ter promovido uma toirada nocturna no Pombalinho, que teve a particularidade interessante de serem os touros a iluminarem a noite escura, usando archotes acesos na ponta das suas hastes, veio para Alpiarça onde patrocinou uma outra largada, que teve farta assistência da vila e dos arredores. D. Miguel, quando se deslocava a Alpiarça, ficava hospedado em casa de Francisco Jerónimo de Sousa Falcão. Passava-se isto em Janeiro de 1824.

Apesar destes acontecimentos que tiveram D. Miguel como protagonista, foi em Alpiarça que nasceram as primeiras guerrilhas contra os absolutistas, pois “a 6 de Julho de 1832 a guerrilha operava já em golpes de mão na vizinha região de Alpiarça, à qual aderira o próprio Juiz do Lugar, Gonçalo de Almeida”. No mesmo dia 6 de Julho, a vereação de Santarém, cidade que estava ainda na posse dos exércitos de D. Miguel, reúne para apreciar o caso da sua freguesia de Alpiarça. Na acta da reunião podemos constatar que “Nesta se recebeu um ofício do Doutor Juiz de Fora, do crime desta vila, em que se expunha que visto que o Juiz do Lugar de Alpiarça, João Gonçalo de Almeida, se ter tornado Rebelde, por isso que desempenhando o dito lugar tomara parte na guerrilha Rebelde que enfrentara aquela povoação e que a mesma guerrilha tinha morto o Escrivão, António Joaquim Calado – em consequência a Câmara deve providenciar a este respeito”. José Freitas de Amorim Barbosa na sua autobiografia também se refere à guerrilha de Alpiarça quando diz que “corriam os dias de tribulação e de temores para uns e de esperança para outros. O açoite da cólera fustigava com menos força, mas o grupo exterminador ainda o empunhava e aplicava segundo os desígnios do Criador e Governador Supremo de todos os mundos; e quando menos se esperava surgiu uma guerrilha proclamando no lugar de Alpiarça a Carta Constitucional, percorrendo algumas aldeias do sul, roubando cavalos e outras coisas mais e assinalando o intróito dos seus feitos de guerra, pelo assassinato de um certo Calado, oficial de Correição, que encontrou em Alpiarça.”

As guerrilhas de cariz liberal ganharam nova dinâmica no Ribatejo em 1833, um ano depois de terem aparecido as primeiras acções da guerrilha de Alpiarça, numa acção estratégica que visou desviar as atenções das tropas absolutistas para o desembarque das forças liberais que ocorreu no Algarve. Um dos maiores dinamizadores destes grupos de guerrilheiros que actuou na região Ribatejana e que passou por Alpiarça, tendo depois estendido a sua acção ao

Alentejo, foi D. Manuel Martinini, um antigo coronel do exercito espanhol, exilado em Portugal, que se estabeleceu em Punhete, futura Constância. Segundo um artigo de António Ventura, publicado no Boletim do Arquivo Histórico Militar “o levantamento comandado por D. Manuel Martinini iniciou-se na noite de 24 para 25 de Junho de 1833 em Tomar, com efectivos locais. A guerrilha aclamou a rainha D. Maria II, roubou os cofres públicos, apreendeu o armamento disponível, cavalos, mantimentos, libertou os presos políticos e desertores. Depois o grupo empreendeu uma correria rápida, entrando nas localidades e actuando como em Tomar. O seu percurso e datas foram as seguintes: Chão de Couce 25/6; Alpiarça e Almeirim 30/6, Coruche e Galveias 1/7”.

As forças de Martinini acabariam por ser encurraladas em Portalegre no dia 8 de Julho, e, depois de 9 dias de combate, foram fuzilados 23 homens e 123 outros refugiaram-se em Espanha, incluindo o próprio Martinini.

As tropas fiéis a D. Pedro começam então a ganhar algum ascendente e vão desalojando os Miguelistas das suas praças-fortes. Acabam por atravessar o Tejo na zona de Santarém, seguindo depois para Almeirim e Alpiarça. D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, Marquês de Fronteira e Alorna, relata nas suas memórias que “o meu irmão aquartelou-se na nossa residência na Goucharia com o seu esquadrão. Os catorze e quinze mil homens do comando do Duque (da Terceira) passaram todos o rio Tejo e acantonaram-se em Almeirim, Goucharia e Alpiarça. O Quartel-General estabeleceu-se na melhor residência da Praça de Almeirim”.

O exército de D. Miguel acaba por ser derrotado em Pernes e Almoster e desalojado de Santarém, o que era o prenúncio do colapso total.

Alpiarça aderira de alma e coração ao espirito liberalista, e logo em 6 de Julho de 1834 é elaborada uma lista de cidadãos da freguesia de Santo Eustáquio que aderiram á causa liberal, constando também o nome de 94 eleitores em condição de votar na Assembleia Paroquial e que seriam, tudo indica, pessoas que navegavam nessa área.

Quem teve uma acção importante nesta contenda entre absolutistas e liberais foi Manuel da Silva Passos, mais conhecido por Passos Manuel, que ficou dono das terras da Quinta da Torre depois de ter casado com Gervásia Falcão, prima do abastado lavrador João de Sousa Falcão, e que por aqui permaneceu com mais regularidade no amanho das suas propriedades depois de ter deixado a vida política. Passos Manuel logo em 1828 toma parte nos movimentos revolucionários contra o rei absolutista, no rescaldo dos quais se viu obrigado ao exilio em Inglaterra e na França. Regressado ao nosso país em 1834 é eleito deputado, destacando-se como um dos elementos da ala mais à esquerda dos liberais. Participa na Revolução de Setembro de 1836 que voltou a restabelecer a constituição de 1822 e que tinha como objectivos essenciais viabilizar um programa de grandes reformas que pretendiam democratizar o Estado e levar a população a participar mais activamente na vida política do país. Teve então o seu período áureo como político, ocupando os cargos de Ministro do Reino, da Fazenda e da Justiça. Foi Senador na altura em que se aprovou a Constituição de 1838 onde se defendia a diminuição das prerrogativas da realeza e a criação de duas câmaras formadas pelo voto popular. Depois de se ter retirado da cena política mais activa, emerge novamente com energia e vigor após o movimento popular denominado “Maria da Fonte”, de cujos princípios ele foi um defensor e uma referência, não só na região de Santarém, como em todo o país.

Alpiarça e a Revolta da Maria da Fonte

A revolta da Maria da Fonte ficou no imaginário dos Portugueses como sendo o levantamento das mulheres do Minho. Com efeito, foram as mulheres do Norte a liderarem a agitação que depressa se estenderia a grande parte do país durante os anos de 1845 e 1846. Segundo Manuel Pinheiro Chagas, na sua História de Portugal Popular “o que melhor serviu para excitar as paixões foram as leis recentes de Costa Cabral, relativas à saúde pública e à fazenda.

A lei da saúde alterava a velha uzança de enterramentos na igreja. Pela primeira vez a higiene pública se levanta contra os primitivos costumes religiosos. Os cadáveres, em vez de irem repousar para as igrejas – empestando ao mesmo tempo os que as frequentavam – eram mandados apodrecer em sepulturas, para um campo ou a bênção dispensava todos os outros resguardos. Ao espírito das mulheres, principalmente, isto apareceu como a mais monstruosa profanação, como o mais revoltante dos atentados. Elas tinham de ser, pois, naturalmente as primeiras a levantar-se em guerra contra esse monstro que em Lisboa era quem lhes absorvia tudo o que o seu labor produzia com contribuições. Constatou também que os trabalhos iniciados para a nova decima de repartição (imposto) tinham por fim avaliar as terras para as venderem aos ingleses. Atacadas nas suas crenças, atacadas nas suas propriedades; vendo ameaçados os seus princípios religiosos e vendo em perigo de expoliação as suas leiras de terra, a população dos campos, supondo que ia morrer de fome e ia morrer sem que ao menos tivesse esperança de repousar em lugar santo, perdeu o susto da luta e dispôs-se a vender caro tudo o que tinha no mundo e tudo quanto podia vir a ter na vida eterna. O primeiro enterro que se quis efectuar em harmonia com a nova lei, deu lugar à primeira contenda. Estava lançado o fogo ao rastilho revolucionário”.

E foi assim que começou a chamada Revolta da Maria da Fonte, que a breve trecho se estenderia ao Ribatejo e a Alpiarça.

Na nossa região, a primeira cidade a sublevar-se foi Torres Novas a 19 e 20 de Maio de 1846, seguindo-se Santarém. No entanto, logo “em 17 de Maio, pelas 8 horas da manhã, ocorre a revolta de Passos Manuel em Alpiarça contra os Cabrais, após prolongada preparação do pronunciamento em casa do Barão do Pombalinho, em Santarém, e com o apoio do Barão de Almeirim e da burguesia scalabitana. Procedeu-se à queima dos documentos e notícias que vêm de Lisboa, em especial tudo o que tivesse a ver com a censura prévia, pelo Major de Ávila e Bolama, nas ruas de Alpiarça” .

Os alpiarçenses aderiram à causa liberal atraídos pela acção desenvolvida por Passos Manuel, que numa actuação rápida e eficaz logo tratou de captar a adesão da população, o que conseguiu com muita facilidade, tanto assim foi que, quando os revoltosos de Santarém se dirigiram à sua casa na Quinta da Tôrre, já aqui o não encontraram porque havia partido em direcção à Chamusca para organizar e dinamizar a revolta popular naquela vila.

Alpiarça foi assim das primeiras terras do Ribatejo a apoiar a Revolta da Maria da Fonte, o que é reconhecido pela Junta Governativa de Santarém, que havia sido formada para defender aquele movimento popular e “encarregada de dirigir o Pronunciamento Nacional da Estremadura” , da qual o próprio Passos Manuel fazia parte juntamente com o Barão de Almeirim e o Visconde Andaluz.

A 31 de Maio de 1846, Passos Manuel podia proclamar que a batalha fora finalmente ganha. Em carta dirigida ao Duque de Palmela nessa mesma data, manifesta o seu contentamento pelo sucesso do movimento: “Apraz-nos registar que Sua Majestade acedia finalmente ao voto unânime do paiz.

Demitido o Ministério Cabral, nomeado o Ministério actual e aceite por Sua Majestade o

Decreto de 10 de Fevereiro de 1842, acha-se realizado o Programa desta Junta”.

A Junta não esquece os apoios que teve para atingir os seus objectivos. Ficam registadas as referências feitas à existência de forças populares prontas a combater e dentro destas merecem uma menção especial a “cavalaria d`Almeirim e d`Alpiarça que foram mandadas conservar nos seus domicílios...”.

As referências à cavalaria de Alpiarça têm a sua razão de ser, pois existiam nesta altura na povoação três unidades militares, o que é reflexo da importância política e estratégica da povoação. Aqui estavam estacionadas já há alguns anos a Guarda Nacional de Infantaria de Alpiarça, a Guarda Nacional de Cavalaria de Alpiarça e a Companhia Avulsa da Guarda Nacional de Alpiarça. Esta Companhia Avulsa, comandada por um Capitão, era uma unidade particularmente importante, pois já em 1837 contava com 60 elementos, entre os quais alguns oficiais, conforme se depreende da acta da Câmara de Almeirim, datada de 7 de Março desse mesmo ano, que refere a “Eleição do Comandante da Guarda Nacional e mais oficiais da Companhia Avulsa de Alpiarça. Nesta sessão se fez entrega de 60 armas e correame para armar a Guarda”. É também particularmente interessante referir que no dia 25 de Abril de 1837, “foi conferido por Sua Majestade a Eduardo José Guilherme Durão, do lugar de Alpiarça, Capitão Comandante da Companhia Avulsa da Guarda Nacional de Alpiarça” .

Após o triunfo das ideias e dos princípios defendidos pelos liberais, o alpiarcense Joaquim Pedro Durão é nomeado Administrador do Concelho de Almeirim pela Junta Governativa de Santarém, enviando em 9 de Junho de 1846 uma carta à referida Junta reafirmando a sua adesão aos princípios defendidos por esta entidade e propondo-se fazer “quanto estiver ao meu alcance para bem desempenhar o cargo que me foi confiado” . Joaquim Pedro Durão era pessoa bem referenciada pelos Liberais, pois havia sido eleito para o cargo de secretário da Comissão Municipal de Almeirim em 20 de Junho de 1833, através do grupo de liberais da vila, tendo posteriormente, em 30 de Maio de 1834, assinado o auto de aclamação de D. Maria II . Mais tarde iria ser Presidente da Câmara Municipal de Almeirim entre Janeiro de 1845 e Maio de 1846, voltando a ser novamente eleito para o cargo em Janeiro de 1850, com um mandato que se prolongou até Março de 1852.

Alpiarça e a guerra da Patuleia Um país moribundo

Apesar da demissão de Costa Cabral em 20 de Maio de 1846, o descontentamento não parou com os governos presididos pelo Duque de Saldanha, cuja influência aumentou após um golpe militar vitorioso que contou com a conivência da própria Rainha D. Maria II. Novos focos de revolta se reacendem, onde mais uma vez a figura de Passos Manuel emerge com particular saliência. Organizam-se milícias populares compostas por trabalhadores e artistas e multiplicam-se os actos de guerrilhas um pouco por todo o lado. Durante cerca de 9 meses a guerra civil faria reacender velhos ódios, era a chamada guerra da Patuleia, “nome que tinha conotações depreciativas e que se referia à natureza popular dos que apoiavam a facção vencida, que seriam os “Pata-ao-léu” .

Mais uma vez esta terra diz presente. “Alpiarça participa então na revolta chamada da Patuleia, armando-se ou recebendo armas e juntando-se em Santarém ao movimento democrático de carácter constitucional e radical”, segundo afirma o historiador Jorge Custódio .

Finalmente o país parece serenar um pouco destas lutas entre gente do mesmo sangue. Ninguém parecia aguentar por muito mais tempo a situação caótica em que se vivia.

Com o fim das lutas fratricidas que tivemos ocasião de abordar de um modo muito ligeiro, lutas essas que tinham levado o país à guerra civil, a população estava exausta, desesperada e rodeada de miséria que grassava um pouco por todo o lado, muito especialmente no interior. E, se já não bastassem as dificuldades do dia a dia, surgia o fantasma das doenças originárias de outros países, como é o caso da “cólera morbus” que, vinda do Egipto, começava a fazer sentir os seus terríveis efeitos em Espanha, temendo-se o seu alastramento a Portugal. Essas notícias aterradoras chegavam a Alpiarça, cujas autoridades locais decidem actuar com rapidez de modo a prevenir desgraças futuras. Assim, em 28 de Julho de 1885, é formada uma comissão de sanidade na freguesia de Alpiarça que integra o médico do partido municipal, Dr. Joaquim Duarte Governo, bem como Jacinto Augusto dos Mártires Falcão, que era vereador na Câmara Municipal de Almeirim, e o regedor da paróquia. Ao mesmo tempo a Junta da Paróquia constitui uma comissão de beneficência destinada a acudir aos mais necessitados e da qual fazem parte o Padre Silvério Pereira Perfeito, José Joaquim de Almeida Pacheco, José da Costa Jacob e João Maria da Costa. Não se pode dizer que as autoridades da freguesia, civis e religiosas, não se tenham preocupado e precavido para problemas futuros e na verdade não há notícias de casos relativos a epidemias graves na freguesia.

Os anos passados nas questões políticas entre apaniguados de D. Miguel e D. Pedro atrasaram ainda mais o desenvolvimento do nosso país, que ainda à bem poucos anos vivia no rescaldo esplendoroso dos descobrimentos. Eramos então os ricos da Europa, situação única em Portugal, que nunca mais se voltaria a repetir. A esperança há muito tempo que havia dado lugar à descrença e a realidade diária ajudava a cimentar esse pessimismo. O estado a que o nosso país tinha chegado após estes anos sofridos, onde aconteceram muitas coisas más, como as invasões francesas, guerras civis, lutas políticas internas, agravados pelo facto da corte se ter refugiado no Brasil durante um período de tempo muito longo, está exemplarmente reflectido no balanço final efectuado nos livros oficiais acerca “do estado em que nos deixou o ano de 1846.

Sem comércio – sem artes – sem agricultura – sem autoridade – sem lei – sem segurança – sem propriedade – sem paz – sem ordem – sem meios – sem crédito – derramando-se sangue – perdendo-se vidas – amontoando-se o número de desgraçados”.

Mais palavras para quê.

O país estava a necessitar com urgência de um rumo e de se orientar por objectivos mobilizadores que o levassem ao progresso. Os anos que se seguiriam não iriam ser fáceis. Começa a questionar-se a própria monarquia e a sua capacidade para conseguir essa mobilização positiva entre os portugueses. A oposição começa a movimentar-se, a principio timidamente, mas com o passar dos anos vai cimentando a sua importância e a sua visibilidade, ao ponto de começar a eleger alguns deputados.

Os espíritos mais esclarecidos, muitos deles gravitando na órbita do poder, sentindo o desânimo que perpassava pela população e julgando interpretar os seus legítimos anseios de uma vida melhor, começam a organizar de um modo eficaz essa oposição aos governos de inspiração real e à própria realeza, com alguns dos opositores a saírem do próprio círculo monárquico, como é o caso do Dr. Bernardino Machado, desagradados com a forma como o país estava a ser governado e com os escândalos que constantemente envolviam a Casa Real, dando motivos acrescidos para que essa oposição ganhasse força e adeptos e se juntasse em redor do Partido Republicano.

José Relvas chega a Alpiarça

Foi só a partir da altura em que José Relvas se fixou em Alpiarça que o Partido Republicano ganhou alguma preponderância na vila, mercê da sua acção, pois anteriormente os monárquicos dominavam os resultados eleitorais, como podemos comprovar pelo que aconteceu nas eleições de 1881. Nesse ano, segundo o jornal Distrito de Santarém “correu aqui (em Alpiarça) a eleição a favor do Conde Sobral da maneira mais satisfatória, concorrendo à urna um subido número de eleitores. Não teve oposição como estava projectado e antes assim, porque era certo a perda da eleição por parte do digno opositor, porque o digníssimo Sr. Conde goza em Alpiarça da maior simpatia. Não podem ficar indiferentes à coadjuvação que empregou para que fosse enviada a esta freguesia pelo Governo de Sua Majestade, a quantia de 600.000 réis para as obras da nova igreja, bem como a promessa de contribuição de uma estrada distrital que ligue esta povoação com a ponte de Santarém.

O Conde Sobral era candidato governamental pelo círculo da Golegã de que Alpiarça fazia parte”.

Devemos acrescentar que, na verdade, o Conde Sobral era uma figura com prestígio e muito conhecida em todo o concelho de Almeirim, a cuja Câmara presidiu em diversos mandatos com executivos que integraram alguns vereadores da freguesia de Alpiarça, como aconteceu em 1896 com a presença de Ricardo Durão, José da Costa Jacob e José Maria Grácio Pagamim.

A vinda do jovem José Relvas para a Quinta dos Patudos alterou por completo o panorama político em Alpiarça. Contava 24 anos quando aqui se fixou apesar de ter sido nomeado em 21 de Julho de 1883 para o cargo de substituto do juiz de Direito da comarca da Golegã, que não chega a exercer em plenitude, pois a gestão das propriedades de seu pai, Carlos Relvas, ocupam-lhe todo o tempo a partir de 1882.

Relvas tomara contacto na Faculdade com gente de novas ideias e novas mentalidades, influenciadas e moldadas pelo espírito de rebeldia e liberdade próprios dos círculos estudantis e, apesar de seu pai ser um habitual frequentador do Paço Real e amigo do rei D. Carlos, isso não o impediu de enveredar por esses caminhos diferentes em termos de pensamento político, passando ele próprio a ser agora um dos maiores entusiastas na difusão dessas novas ideias em toda a zona Ribatejana, cujo objectivo final seria a proclamação da República.

Os “Anos Loucos” da Propaganda Republicana

Os últimos anos do século XIX foram marcados por grandes manifestações contra a realeza em virtude do Ultimatum inglês, um verdadeiro ultraje aos sentimentos patrióticos dos portugueses. Foi a partir desta altura que o Partido Republicano ganhou uma nova dimensão, liderando muitos dos protestos que então se fizeram ouvir contra o rei, além de ter conseguido a proeza de eleger três deputados seus para o Parlamento, – Latino Coelho, Elias Garcia e Manuel de Arriaga.

As manifestações nas grandes cidades ocorriam com uma frequência cada vez maior. Numa delas, que teve lugar em Lisboa, o jornalista de O Século, Heliodoro Salgado, perante a multidão que via à sua frente, perguntava a outro jornalista, militante fervoroso do Partido Republicano, João Chagas de seu nome:

“Então! diante disto o que faz esse Partido Republicano?

O que quer que faça? - Responde João Chagas.

O que quero?...o mesmo que toda a gente que tem alma: a revolução”.

No início do século XX o alvo dos protestos populares, foi não só o rei D. Carlos, mas também João Franco, o chefe de governo por ele nomeado e que, a partir de determinada altura, começou a dirigir o país em ditadura. Os escândalos começaram a suceder-se com desusada frequência, apanhando a família real nas suas malhas. Primeiro foi o escândalo dos adiantamentos à casa real motivados pelos seus gastos sumptuosos, enquanto a população vivia miseravelmente, depois é o escândalo dos tabacos, do caso Hinton e de muitos outros que geraram um grande sentimento de rejeição à monarquia e de abertura aos ideais republicanos. Nesta altura uma voz se ergueu bem alto contra o ditador João Franco e contra os escândalos que surgiam diariamente, uma voz que se fazia ouvir a partir de Alpiarça, era a de José Relvas e do seu grupo de indefectíveis seguidores.

José Relvas começa a ser um referencial entre os opositores à monarquia e por isso não terá sido alheio àquilo que sucedeu em Alpiarça na noite de 24 de Maio de 1907 e que era o começo de uma escalada republicana entusiástica na vila. Quem lesse o jornal Correio da Noite de 26 de Maio ficaria ciente que algo se preparava contra a monarquia, e que o centro das atenções teria que se virar para Alpiarça. Dizia o jornal que “um acontecimento de extrema importância social para a freguesia de Alpiarça ocorreu na noite de 24 de Maio de 1907. Durante a referida reunião a assembleia assistente filiou-se em bloco no Partido Republicano”. Era um caso insólito para a época sem dúvida nenhuma. Uma assembleia inteira decide filiar-se num partido. Isto revela convicções profundas, mas acima de tudo revela que existia uma liderança forte na condução do processo. Esta adesão unânime e firme a um partido opositor ao ditador que governava Portugal (João Franco), ficaria como imagem de marca da vila de Alpiarça e que iria perdurar pelos anos fora.

Relvas começa a tornar-se notado desde 1901 pelos artigos que encerram críticas contundentes ao governo sobre questões económicas e agrícolas, sobretudo vinícolas, actividade que atravessava um período de grandes dificuldades, provocadas não só por um excesso de produção e consequente baixa de preços do vinho, mas também com as restrições ao plantio de cepas decretado pelo governo de João Franco. Esta crise junta nos mesmos protestos os lavradores, organizados nos seus Sindicatos Agrícolas, dos quais o de Alpiarça era um dos principais no Ribatejo, e os trabalhadores rurais que ainda não tinham organizações de classe que os representassem, no entanto, os problemas destas duas classes sociais cruzavam-se, já que as dificuldades dos primeiros se reflectiam nos segundos. Parece-me, contudo, que a subserviência que então havia entre os trabalhadores e os patrões levava a que estes conseguissem, com facilidade, arrastar aqueles para as suas opções. A grande maioria dos lavradores de Alpiarça tinha aderido à filosofia e ao programa dos Republicanos, pelo que se compreende que influenciasses os seus trabalhadores, o que se tornava muito útil quando se tratava de fazer grandes demonstrações de força e de capacidade de mobilização, como aconteceu nos comícios realizados a partir de 1907, chegando José Relvas a ser acusado de levar os seus trabalhadores a Lisboa para tomarem parte em manifestações contra o Governo.

O “Senhor dos Patudos” não se limitava a protestar e a agitar, apontava os erros do Governo e dava sugestões, que eram autênticos fragmentos de programa de governo em matérias específicas, neste caso agrícolas, o que tornava mais credível, perante a opinião pública, a mensagem do Partido Republicano e a possibilidade de vir a constituir uma alternativa válida para um futuro governo.

À falta de organização, de conhecimento das realidades do país e sobretudo à falta de força

política para implementarem medidas que tirassem Portugal do sub-desenvolvimento que o arrastava para um beco sem saída, por parte dos governos que o geriam durante a monarquia, os republicanos replicavam com dados concretos, através de conferências e artigos, proferidos e publicados pelos seus mais prestigiados representantes.

Numa Conferência realizada no Porto em Março de 1910, Relvas apontava as causas da crise por que passava a economia do país e que já vinham de há longos anos:

“Pode estabelecer-se que as causas essenciais do atraso e da instabilidade da economia nacional são:

- O desequilíbrio das culturas.
- A ausência de pequenas indústrias rurais.
- A falta de instrução profissional, o limitado desenvolvimento da associação e a falta de crédito agrícola.
- O regime de propriedade, nas suas complexas relações com a população, com os incultos e com o sistema tributário.
- A má incidência e iníqua distribuição dos impostos directos, e o exagero das taxas dos impostos de consumo.
- A falta de um plano de fomento rural, visando o equilíbrio entre a produção e o consumo de cereais.
- O desleixo a que têm sido votados os meios de corrigir o clima.
- A deficiência de vias comerciais.
- As relações anárquicas entre a metrópole e as colónias”.

Eram estes, entre outros, os males apontados por José Relvas e que conduziam o país para o abismo, originando problemas graves entre a população portuguesa.

A situação social é de tal modo aflitiva nestes primeiros anos do século, que o jornal “O Debate” do dia 19 de Dezembro de 1907 referia que “a crise de falta de trabalho vai tomando grandes proporções. Em Benfica já hontem grande número de trabalhadores exigiam trabalho a um dos mais abastados lavradores daquela terra. Em Almeirim e Alpiarça há bastante gente sem ter que fazer”.

No mesmo dia em que saía a notícia que atrás citámos, o mesmo jornal trazia um artigo assinado por José Relvas em que este se definia como um “verdadeiro democrata” e resumia assim seu pensamento:

“A questão política e a forma de governo da nação é essencial para os verdadeiros democratas que reconhecem a impossibilidade de encontrar na monarquia um régimen apto para a resolução dos mais altos problemas que interessam a uma nação nas suas questões educativas, económicas e financeiras”.

Relvas cimentava o seu prestígio intervindo em conferências para onde era convidado, assinando artigos em diversos jornais, reunindo em sua casa com as figuras cimeiras da oposição, participando em comícios e, sobretudo apresentando alternativas credíveis para os males que enfermavam o país. A sua imagem era já a de um futuro governante.

A Casa dos Patudos passava a ser o ponto de encontro privilegiado daqueles que pretendiam derrubar a monarquia. É o próprio dono da casa quem refere nas suas memórias que a Casa dos Patudos passou a ser a partir de Maio de 1907 “um foco de conspiração” e um local priviligiado onde se traçaram as linhas mestras de combate à monarquia. Aqui se reuniram muitas vezes João Chagas e Afonso Costa e se prepararam os grandes comícios que haveriam de colorir o Ribatejo com as cores republicanas.

Relvas rodeia-se então de um conjunto de pessoas que o acompanham, qual apóstolo

difundindo as suas ideias. É o célebre grupo de Alpiarça, que gravitava à sua volta e o elege como fonte principal de inspiração. Fazem parte deste grupo as figuras mais representativas da vila: Ricardo Malhou Durão, em cuja Quinta do Meirinho se realizaram muitas reuniões políticas clandestinas de propaganda republicana que mereceram destaque nas célebres cartas políticas de João Chagas; o Dr. João Maria da Costa, que haveria de ser Governador Civil entre 1913 e 1914 e Senador em 1915; o Dr. Joaquim Romão, reputado clínico; o industrial de panificação Manuel Duarte; os proprietários João Malhou e Guilherme Meira, entre outros, que arrastaram nessa onda anti-ditadura a população da vila, vivendo-se em Alpiarça, entre 1906 e 1910, momentos de grande agitação e fervor republicano. Os Patudos passam então a ser visitados, cada vez com muita frequência, pelas figuras de prôa do Partido Republicano, a que Relvas aderiu formalmente em 13 de Junho de 1907. Ali, como já dissemos e como José Relvas referiu nas suas memórias, se discutiram os grandes problemas do país, ali se minaram os alicerces em que assentava a monarquia, sendo que não raras vezes esteve em risco a própria liberdade dos frequentadores da Casa dos Patudos, como refere o jornal O Debate de 13 de Fevereiro de 1908, onde se noticiava que “cá pelo burgosinho também o franquismo tinha deitado a unha e assim é que estariam presos vários republicanos se não fosse o acontecimento de 1 de Fevereiro, republicanos não só de Santarém, como de todo o distrito, especialmente de Alpiarça. Garantimos a veracidade do caso”.

É o próprio José Relvas quem confirma nas suas memórias, os riscos que ele e os seus correligionários correram:

“Logo no dia no 30 de Janeiro a Policia me quis prender, procurando-me no Hotel Europe e nas casas dos meus amigos. Para sair de Lisboa, ao abrigo das violências, fui obrigado a entrar no comboio em Braço de Prata e sair em Santarém pela linha férrea até ao centro da Ribeira. Ao entrar na ponte de Santarém, tive de esconder-me no fundo da carruagem, dando ao fiscal a impressão dum trem vazio. Na minha casa permaneci escondido durante dois dias, pronto a servir-me dum refúgio secreto, que aqui tenho, por ter sido avisado por Augusto Navarro, administrador do concelho de Almeirim, de estar iminente a minha prisão”.

José Relvas não se preocupava apenas com a situação política e económica do país. Ele vivia com igual intensidade os problemas sociais dos mais carenciados, o que leva a que o próprio povo, de condição mais humilde e analfabeto, ganhe por ele uma admiração enorme e, apesar da riqueza que possui, torna-se uma referência para todos, sendo curioso verificar que na contabilidade da Casa dos Patudos, que ele próprio executava, aparece diariamente uma verba destinada a esmolos.

Não é necessário provar que estas preocupações sociais de José Relvas eram verdadeiras e sentidas, pois a obra que nos deixou é de tal maneira grandiosa que ainda hoje está à vista de todos, no entanto, é particularmente interessante dar a conhecer aos leitores, uma proposta que ele próprio apresenta numa sessão de Câmara em Almeirim no dia 21 de Janeiro de 1909, onde revela o seu espírito altruísta, pois, perante a iminência daquela Câmara não ter dinheiro para pagar ao Hospital de Santarém as despesas com o tratamento e hospitalização das pessoas mais carenciadas do concelho, propõe a fundação de um Hospital destinado precisamente àqueles que não tinham meios de pagar o tratamento das suas doenças.

Era do seguinte teor a proposta:

“Atendendo às condições da vida económica das classes trabalhadoras menos favorecidas pela fortuna e considerando que a hospitalização constitui um dos maiores deveres de assistência que pode ser reclamado de quem tem meios suficientes para acudir aos indigentes.

Proponho que seja aberta uma subscrição em cada uma das freguesias do concelho de

Almeirim, dirigida por comissões escolhidas nesta sessão, dos quarenta maiores contribuintes.

Proponho mais, que fechadas as subscrições seja verificada e documentada perante uma nova assembleia dos 40 maiores contribuintes, a existência de meios suficientes para a fundação de um Hospital e para a sua manutenção, levando-se em conta o subsídio que a Câmara Municipal possa concorrer para as despesas anuais, não se levando a efeito a minha proposta sem que estejam garantidos os meios necessários.

Proponho mais, que sendo aprovada esta proposta, seja aberta imediatamente uma subscrição nesta assembleia.

E por último, atendendo ao exemplo dado recentemente nas relações da Câmara do Porto com o poder central, proponho que os fundos obtidos pela subscrição sejam propriedade do Hospital e administrados por uma comissão especial em que esteja representada a Câmara Municipal”.

A proposta foi aprovada condicionalmente, pois a Câmara iria tentar primeiro dialogar com a Direcção do Hospital de Santarém para resolver o problema dos pagamentos. Conseguiram chegar a um entendimento, pelo que o Hospital continuou a receber os doentes do concelho sem qualquer problema, inviabilizando assim a proposta apresentada.

A atitude de José Relvas não foi esquecida, pelo que a Câmara de Almeirim “consigna um voto de agradecimento ao Sr. José Relvas pela forma altamente humanitária porque redigiu a sua bem elaborada proposta, o que só revela da sua parte a intenção de prestar socorro às classes desvalidas”.

Esta solidariedade social, que vemos reflectida na proposta apresentada, teria a sua aplicação real e concreta no testamento que mais tarde veio a fazer, onde a sua grande preocupação foi o bem-estar das pessoas mais carenciadas de Alpiarça, concretizada na obra que ainda hoje está ali mesmo ao lado, daquela que foi casa em que viveu, lutou e morreu.

Como temos mostrado, a população de Alpiarça, mercê da personalidade forte deste homem, que tinha tanto de bondoso, como de inteligente, começou a tomar contacto e a absorver as novas doutrinas políticas que irradiavam cada vez com mais intensidade, como raio de sol em Inverno rigoroso. A partir de 1907 o rumo dos acontecimentos precipita-se com uma velocidade espantosa. Aconteceram então grandes comícios que faziam adivinhar vitórias esmagadoras (quase 100% de votação) do Partido Republicano Português sobre os partidos governamentais que gravitavam à volta do rei. Os comícios e as eleições eram normalmente antecidas de verdadeiras reuniões conspirativas em que se concertavam os últimos pormenores e se acertavam estratégias. Algumas dessas reuniões tiveram lugar, além da Casa dos Patudos, também na Quinta do Meirinho, pertencente a Ricardo Durão e nas arrecadações da casa José Grácio Pagamim, que contaram com a presença de José Relvas, João Chagas, António José de Almeida e Brito Camacho, figuras que iriam marcar a 1ª República.

Era o tempo da chamada propaganda republicana, transbordante de um entusiasmo mais acentuado a partir de 1907, em que a população da vila, sem distinção de classes, navegava no mesmo mar de ideais, cientes de que a monarquia não conseguia resolver os seus problemas mais prementes.

Foi neste mar de insatisfação geral que decorreram por todo Ribatejo os maiores comícios do Partido Republicano, a maioria deles dinamizados pelo grupo de Alpiarça, nomeadamente por José Relvas, Manuel Duarte, José Malhou e o Dr. Joaquim Romão, com este último a ir a todo lado no seu inseparável automóvel que, segundo o jornal O Debate, “ficou famoso na história do Partido Republicano com o apelido glorioso de – automóvel da República”. O entusiasmo

era tal que José Relvas e Manuel Duarte chegaram a alugar um comboio para levar a população ribeirinha do Tejo, sobretudo a que habitava na zona de Santarém e Cartaxo, a um comício a Lisboa.

Marcantes e inolvidáveis foram, no entanto, as manifestações realizadas em Alpiarça no dia 13 de Junho de 1907 que fizeram tremer a monarquia, tal as movimentações que originaram e as personalidades que aqui se juntaram. Os jornais, O Mundo, Novidades e Ilustração Portuguesa, fazem grandes coberturas jornalísticas dos comícios. O célebre fotógrafo Benoliel deixa-nos imagens fantásticas de todas as movimentações e das personagens principais. O Ribatejo agitava-se e Alpiarça levantava-se a uma só voz. O título da revista Ilustração Portuguesa sobre os comícios de 1907 reflecte o que se passava nesta terra “A Ferro e Fogo”. Não podia ser mais elucidativo.

O comício de 13 de Junho, como tantos outros, foi organizado pelo Dr. Joaquim Romão e teve como ponto alto, as adesões formais ao Partido Republicano por parte de José Relvas e José Malhou.

Acompanhemos com mais pormenores o que se passou nesse dia, na vila de Alpiarça:

“Estiveram presentes os Drs. João de Meneses, Brito Camacho, João Chagas, acompanhados de jornalistas de Lisboa, que foram conduzidos no automóvel de Guilherme Meira. José Relvas e o Dr. António José de Almeida iam no automóvel do Dr. Joaquim Romão. Noutros carros iam Bernardino Machado e outras individualidades republicanas.

Esperavam o cortejo, ceifeiras usando trajés regionais.

Pétalas de flores caíam sobre os representantes do partido, atiradas pelas ceifeiras e população.

Ricardo Durão e José Malhou fizeram seguir o cortejo a pé a um quilómetro da vila.

José Malhou falou ao povo da vila, das janelas da sua casa.

Distinguem-se neste comício: José Relvas, Dr. Joaquim Romão, Ricardo Durão, António e Guilherme Meira, Dr. João Maria da Costa, José Gomes, Jacinto Falcão, muitos outros agricultores e o povo.

Recebe a vila ilustres figuras como: João Chagas, Dr. Alexandre Braga, Dr. António José de Almeida, Dr. Bernardino Machado e Dr. João de Meneses.

Foi servido um almoço em casa de José Relvas e a recepção foi feita em casa de José Malhou.”

Por sua vez o Século comentava sobre a mesma jornada política:

“Um extenso cortejo de automóveis que transportava os oradores foi recebido entre alas de povo que entusiasticamente os aclamou. Até um quilómetro de Alpiarça viam-se dos dois lados do caminho homens e mulheres do campo, ceifeiras e trabalhadores dos vinhedos próximos, que se abeiravam dos veículos dando vivas calorosos. Era a massa compacta dos manifestantes que se contavam por milhares, agitavam bandeiras republicanas e faziam festejar o seu entusiasmo. De mistura com os nomes dos caudilhos da democracia, ouviam-se incessantes vivas à Republica, delirantemente correspondidos pela multidão. À entrada de Alpiarça o entusiasmo redobrou, os foguetes estralejaram, as mulheres e as crianças lançaram flores e ofereceram ramos com as cores republicanas, agarrando-se aos oradores a pedir-lhes que livrassem o país da ditadura.

Na vila as janelas ostentavam colchas e estavam apinhadas de gente que saudavam vibrantemente a Republica”.

Da varanda da casa de José Malhou falou o Dr. António José de Almeida perante uma multidão que estava ao rubro e que o seus dotes oratórios ainda mais inflamaram

Seguiu-se o almoço em casa de José Relvas, onde este reafirmou o seu apoio incondicional à causa republicana, o que serviu de mote para o discurso do Dr. Bernardino Machado que realçou a importância da adesão do dono do solar dos Patudos.

“Erguer um clamoroso protesto contra a ditadura que envergonha o país” (Discurso de José Relvas em Almeirim)

A comitiva partiu a meio da tarde para Almeirim, para um comício presidido por José Relvas, tendo ele próprio pronunciado o seguinte discurso:

“Falo hoje perante o povo desta localidade de Almeirim em condições diferentes daquelas que se verificaram quando aqui usei da palavra pela última vez. Então tratava-se de reclamar providências para a grave crise vinícola que afecta esta região. Agora trata-se de erguer um clamoroso protesto contra a ditadura que envergonha o país e nos envergonha a todos com os seus processos. Praticamos um acto cívico o qual mostra a nossa repulsa pela forma como está Pátria que é de todos. A ditadura fez mais republicanos em poucos meses do que muitos anos de administração monárquica que suportámos com resignação e demasiada paciência do passado recente”.

Ainda não se tinham apagado as chamas do Verão quente de 1907 em Alpiarça e já se realizavam novas manifestações endurecendo posições contra a ditadura de João Franco. Era uma luta sem tréguas, esta a que os republicanos moviam a uma monarquia cada vez mais desacreditada e, por isso mesmo, mais enfraquecida politicamente. Alpiarça continuava a estar na primeira fila desta luta entre republicanos e monárquicos, não como assistente, mas com um grande poder de intervenção.

Entretanto a organização do Partido Republicano ganhava consistência, tanto a nível local, como regional e nacional. Em Coruche, a Comissão Municipal do Partido Republicano é encabeçada por Mário Augusto de Mendonça, acompanhado por Henrique Guisado, João Patrício, Mário Mendonça, Júlio Mário de Sousa, Folgado Moreno, João da Costa Lopes e Alfredo Horta. Em Almeirim, a Comissão Concelhia era liderada pelo Dr. Guilherme Nunes Godinho; no Cartaxo, por Francisco José Pereira; em Constância, por José Eugénio Nunes Godinho; em Santarém, por Abílio Nobre e em Benavente, pelo Dr. Anselmo Xavier. Entretanto para culminar estas ramificações do Partido Republicano é eleita no dia 8 de Março de 1908 a Comissão Distrital de Santarém que integra os nomes de José Relvas, Dr. Anselmo Xavier, Dr. Guilherme Nunes Godinho, Dr. Ramiro Guedes e Dr. José Montez. José Relvas recebeu muitos e variados apoios para a sua entrada na Comissão, sendo que o apoio mais entusiasta foi enviado por um grupo de liberais republicanos do Cartaxo, cuja comunicação foi lida durante a reunião que elegeu a Comissão.

Vão ser estes os homens, de reputação inquestionável, que no distrito de Santarém darão o maior impulso à causa republicana.

Em Alpiarça

580 Votos para os Republicanos

12 para os Monárquicos

Estes comícios antecederam as eleições para o Parlamento, que ocorreram em 5 de Março de 1908, onde se apresentou o Partido Republicano encabeçado por João Chagas, amigo de José Relvas e hóspede assíduo da casa dos Patudos, onde tinha um quarto sempre à sua

espera.

João Chagas surgiu a encabeçar a lista de candidatos em substituição de José Relvas, cujo nome havia sido escolhido, mas da qual se recusara fazer parte, por uma questão de princípios.

Os resultados corresponderam às expectativas alimentadas pelas multidões que, como vimos, assistiam aos comícios. 580 votos na lista de João Chagas, contra os 12 que tiveram os monárquicos, sendo este resultado tanto mais significativo se o compararmos com a votação total do círculo de Santarém onde os monárquicos venceram com 32.000 votos, enquanto que os republicanos tiveram apenas 5070. Foi uma vitória retumbante e esmagadora, no entanto não foi isenta de polémica a votação em Alpiarça, sendo que aqueles resultados foram contestados pelos monárquicos com a argumentação de que a mesa eleitoral se esqueceu de acrescentar a profissão de Chagas.

José Relvas “o motor” do 5 de Outubro

A figura de José Relvas torna-se, como vimos, incontornável no seio do Partido Republicano e essa importância torna-se mais visível, em termos políticos, durante o Congresso realizado em 1909 na cidade de Setúbal, e que viria a ser determinante para o futuro do país. Nesta reunião magna do Partido perfilam-se duas correntes de opiniões sobre o modo de acabar com a monarquia, uma defendendo a via eleitoral e pacífica, protagonizada por Afonso Costa e Bernardino Machado e a outra que achava que a monarquia só poderia cair pela via revolucionária armada, teoria defendida por José Relvas e Eusébio Leão, entre outros. Aliás, Relvas, apesar de homem cordato, um verdadeiro “gentleman”, “sempre alinhou na ala mais radical da política durante o período da propaganda republicana”. Foi esta última a tese que saiu vencedora, o que leva Relvas e os seus apoiantes a tomar em mãos o Directório do Partido Republicano. Como tarefa prioritária da sua acção estava a organização da ansiada revolução. A José Relvas seria ainda confiada a espinhosa tarefa de, juntamente com Magalhães Lima, realizar uma viagem a França e Inglaterra, para junto do poder político e financeiro desses países, explicar o programa do Partido Republicano e solicitar o seu apoio às mudanças que este partido pretendia operar em Portugal. Foi uma viagem que teve êxito nos seus objectivos e que seria fundamental para credibilizar o novo regime.

Localmente José Relvas arregimenta alguns dos seus amigos de Alpiarça, que são fiéis seguidores das suas ideias, nomeadamente Ricardo Durão e Manuel Duarte e convoca-os para a batalha final. Seria com efeito este trio de ilustres Alpiarcenses, juntamente com outros elementos do Directório do Partido Republicano, que estiveram vigilantes durante toda a noite de 4 para 5 de Outubro, primeiros nos “Banhos de S^o Paulo” e depois no Hotel Europa, por cima dos Grandes Armazéns do Chiado, organizando politicamente a insurreição que terminaria com a monarquia. Seria também este grupo de alpiarcenses, passados 3 anos, os protagonistas da elevação da vila de Alpiarça a concelho, fruto da importância e da influência política granjeadas nestes anos agitados da revolução.

A revolução vingara. Os tempos eram de mudança, não só para o país, mas também para a vila de Alpiarça. Estava já em preparação a independência da freguesia de Alpiarça em relação ao concelho de Almeirim.

Com a passagem do Dr. Guilherme Nunes Godinho de Presidente da Câmara para

Administrador do Concelho de Almeirim, é o Dr. Ricardo Durão que ocupa a presidência da mesma, continuando Manuel Duarte a ocupar o seu posto de vereador, enquanto que nos corredores da Assembleia da República se começa a preparar a formação do novo concelho. Em 1913 os vereadores eleitos por Alpiarça, José Maria Leal e Joaquim Lima Coito Calado, já não ocupam os cargos para que foram eleitos, significando com as suas ausências permanentes, que o cordão umbelical estava para ser cortado muito em breve.

Em 2 de Abril de 1914 era assinado o decreto que elevava a freguesia de Alpiarça a concelho. A influência de José Relvas neste processo foi notória, já que os deputados se recusavam a fazê-lo com a argumentação de que estava em estudo um novo Código Administrativo e que o argumento utilizado de que as duas terras não viviam em harmonia, não era razão para se criar um novo concelho. A criação do concelho estava em perigo, quando, em última instância, José Relvas se levanta do seu lugar e pronuncia um discurso vibrante, argumentando com a capacidade financeira de Alpiarça para ser merecedora da sua elevação a concelho. E foi o que aconteceu.

O futuro faria de Relvas uma das pessoas mais influentes na vida política da 1ª República, com uma entrega notável e desinteressada, devotando-se à vida pública unicamente por convicção. Foi Ministro das Finanças, candidato a Presidente da República, Embaixador e Chefe do Ministério, como mais à frente haveremos nos referir.

(Extractos do Livro “Gente de Outro Ver” de José João Pais)